

Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos.

Propostas de leituras no espaço e no tempo

Este artigo resulta da investigação desenvolvida nos últimos anos em torno de um códice iluminado¹, até então inédito, conservado na igreja de Salzedas, o qual terá pertencido ao Mosteiro de Salzedas, sendo, porém, originário do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça. A presente síntese procura, simultaneamente, sistematizar as informações conhecidas sobre o referido manuscrito e discutir, com base em novos dados, a sua representatividade na liturgia cisterciense através da análise dos seus contextos de produção, circulação e uso.

1 - BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Porto: CITCEM, FLUP, 2017, vol. 1, pp. 343-354; RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 5. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de Alcobaça em Salzedas”. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.

Considerações iniciais

O *Ritual de Salzedas* é, sem dúvida, um códice singular. Convencidos, aprioristicamente, da sua origem local, pela sua conservação em Salzedas, a investigação subsequente provou que o mesmo foi elaborado no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, para aí ser usado. Rapidamente se percebeu que o seu estudo em contexto iria contribuir, de forma muito positiva, para aumentar a informação sobre vários tópicos, nomeadamente sobre liturgia cisterciense². O estudo litúrgico deste códice, sobretudo a análise e a contextualização dos ritos e das orações, revelou tratar-se de uma fonte significativa de informações, não só ao nível da questão da unanimidade cisterciense³ e da identidade litúrgica do *scriptorium* alcobacense, mas também relativamente ao uso de códices do Mosteiro de Alcobaça em contexto feminino.

Em termos metodológicos, usamos a proposta de Helen Gittos para a leitura e interpretação do conteúdo litúrgico do códice⁴, isto é, dos diferentes rituais que o constituem (embora não necessariamente por esta ordem):

- Em relação a outras versões do mesmo ritual;
- Em relação a outros rituais com o qual está relacionado;
- Análise no âmbito do próprio códice;
- Análise no contexto histórico do próprio mosteiro

2 - SYMES, Carol – “Liturgical Texts and Performance Practices”. In GITTOS, Helen e HAMILTON, Sarah (edit.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays on interpretation*. Londres: Routledge, 2016, pp. 239-267.

3 - Segundo Anne-Marie Turcan-Verkerk, a procura da unanimidade é uma idealização teórica cisterciense que não tem uma aplicação prática (TURCAN-VERKERK, Anne-Marie – “Avant-propos”. In FALMAGNE, Thomas, STUTZMANN, Dominique e TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (eds.) – *Les cisterciens et la transmission des textes (XII^e – XVIII^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2018, p. 14).

4 - GITTOS, Helen e HAMILTON, Sarah (eds.) – *Understanding Medieval Liturgy. Essays in Interpretation*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016, p. 23.

onde foi produzido e usado: quando, como e onde era utilizado?

Assim, ao longo deste estudo, procuraremos averiguar a forma como este códice se articula com o seu contexto, nomeadamente com a identidade da comunidade cisterciense alcobacense, e as ligações que estabelece com outras casas cistercienses, em particular com as femininas.

1. Análise codicológica e conteúdo litúrgico do *Ritual de Salzedas*

O códice, datado de finais do século XV, inícios da centúria seguinte, encontra-se em bom estado de conservação e denota uma elaboração cuidada e bem planeada. Apresenta uma encadernação constituída por pastas de papelão, cobertas de pele castanha, com decoração a dourado na lombada. Mede 155x213 mm e é constituído, actualmente, por 76 fólhos, embora o último caderno se encontre incompleto (perdeu três fólhos). Na sua génese, antes de receber as duas adições que nele observamos, o códice encontrava-se disposto em nove quaternos. O texto foi organizado numa só coluna, com doze linhas. Apresenta foliotação da época, na margem inferior dos fólhos, logo abaixo da última linha de texto: letras maiúsculas seguidas de números romanos, a designar os primeiros quatro fólhos de cada caderno (AI ao AIIII e assim, sucessivamente, até ao caderno I). As duas adições, sob a forma de cadernos, que o códice integrou, não apresentam qualquer foliotação.

Na abertura do códice regista-se a anotação “*Da liuraria. Da Salzedas*”, prova de que o mesmo terá pertencido ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas em algum momento da sua existência. Casa monástica de monges cistercienses, a sua fundação, no século XII,

surge associada a D. Teresa Afonso, viúva de D. Egas Moniz⁵. A sua localização hodierna justifica, doravante, a sua designação por *Ritual de Salzedas*⁶.

No que diz respeito ao seu conteúdo litúrgico, que já tivemos oportunidade de analisar com algum detalhe⁷, o códice apresenta os seguintes rituais:

5 - “Dona Tareja, que fez a Sarzeda” (*Livro de Linhagens do Deão* (Ed. por Joseph Piel e José Mattoso). In *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Vol. I. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, 1A3); “dona Tareja que fez o mosteiro de Sarzeda” (LD 713); “dona Tareja Afonso, a que fez o mosteiro de Salzeda” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Ed. por José Mattoso). In *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Vol. II (Tomo I e II). Lisboa: Academia das Ciências, 1980, 16A3); “dona Tereja Afonso, que fez o monestiro de Çalzeda” (LL 22D9); “E dom Egas Moniz de Riba de Doiro [...] a segunda vez foi casado com minhana dona TareijAfonso, a que fundou o mosteiro de Salzeda” (LL 36A5); “Este dom Egas Moniz foi casado a segunda vez com a minhana dona Tareija Afonso, filha do conde dom Afonso das Esturas, a que fundou o mosteiro da Salzeda” (LL 36AR5).

6 - PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books from the beginning to the thirteenth century*. Collegeville, Minnesota: The Liturgical Press, 1998, p. 187 e ss. e VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy. An Introduction to the sources*. Washington: The Pastoral Press, 1986, p. 257.

7 - Ver BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 346 e RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual...”, pp. 212 e 213.

Tabela 1

Cadernos	Foliação primitiva		Conteúdo
1.º caderno, 4 fólhos	-----	Fólio 1 ao fólio 3v	(fólio 1v) (Adição) Oração universal “ <i>in coena Domini</i> ”
2.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	AI a AIIII	Fólio 4 ao fólio 11v	(fólio 4) <i>Ordo benedicendi monachum professum</i> , ou profissão dos monges, que tem início com as orações relativas à tonsura monástica.
3.º caderno, 8 fólhos (+ o caderno adicionado, 4 fólhos)	BI a BIIII	Fólio 12 ao fólio 13v	
		Fólio 14 ao fólio 17v	(Adição) <i>Benedictione monialium</i> , ou bênção das recém-professas
		Fólio 18 ao fólio 23v	(fólio 18) <i>Benedictio vestimentorum sacerdotalium</i> ou bênção das vestes sacerdotais
4.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	CI a CIIII	Fólio 24 ao fólio 31v	<i>Benedictio vestimentorum sacerdotalium</i> ou bênção das vestes sacerdotais (termina no fólio 24v) (fólio 25) <i>Ordo ad inungendum infirmum</i> , ou sacramento da unção dos enfermos
5.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	DI a DIIII	Fólio 32 ao fólio 39v	<i>Ordo ad inungendum infirmum</i> , ou sacramento da unção dos enfermos e a respectiva ladainha
6.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	EI a EIIII	Fólio 40 ao fólio 47v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias
7.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	FI a FIIII	Fólio 48 ao fólio 55v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias
9.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	GI a GIIII	Fólio 56 ao fólio 63v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias
10.º caderno, 8 fólhos (quarténio)	HI a HIIII	Fólio 64 ao fólio 71v	<i>Ordo ad inhumandum fratrem mortuum</i> , ou ritual das exéquias (termina no fólio 69) (fólio 69v) <i>Collecte pro defunctis</i> : colectas para a comemoração dos aniversários pelos defuntos
11.º caderno (foram cortados três fólhos, as pestanas ainda são visíveis; o códice está incompleto)	II a IIIII	Fólio 72 ao fólio 76v	<i>Collecte pro defunctis</i> : colectas para a comemoração dos aniversários pelos defuntos (até fólio 75). <i>De ordine procedendum ad comunicando infirmum</i> ; <i>Qualiter se habeant fratres in ungendum infirmum</i> ; <i>Quo ordine defunctus ad ecclesiam deferatur</i> ; <i>Quo ordine stet abbas cum suis ministris in ecclesia circa defunctum</i> ; <i>Quo ordine deferatur corpus ad sepulchrum</i> (termina aqui, incompleto).

Importa sublinhar que o códice termina com orientações relativas ao comportamento dos monges na unção dos irmãos enfermos: a ordem pela qual o defunto era conduzido à igreja; a ordem pela qual o abade e os seus ministros deviam estar na igreja, em presença de um defunto, e com que ordem se devia transportar o corpo do falecido ao sepulcro, orientações que ficaram incompletas, pois faltam fólhos no fim.

Desconhecemos outros códices pertencentes à livraria de Alcobaça, anteriores ou coevos, com o mesmo conteúdo litúrgico deste manuscrito⁸. Da investigação realizada sobre a produção do *scriptorium* e da livraria, até ao momento, o que podemos dizer é que, nos períodos anteriores, os diferentes ritos que constituem este códice estavam distribuídos por vários livros de uso litúrgico, datados entre os finais do século XII e o século XV, todos com origem em Alcobaça (Tabela 2). Registámos também a presença destes ritos em três códices posteriores ao *Ritual de Salzedas*, com origem no *scriptorium* alcobacense, datados entre os séculos XVI e XVIII: Alc. 83, Alc. 105 e Alc. 107.

Interessa-nos agora perceber, em termos litúrgicos, o que se agrupa, porquê e quando, para contextualizarmos o *Ritual de Salzedas*. Começemos pelos ritos ligados à enfermidade e à morte: o sacramento da unção dos enfermos, com a sua ladainha, e o rito dos defuntos aparecem sempre juntos em breviários e colectários-ritual, datados entre os finais do século XII e o século XV: Alc. 166⁹, Alc. 165, BGUC, ms. 893, Alc. 29, Alc. 54¹⁰, Alc. 66¹¹ e Alc. 67¹². E também nos códices posteriores ao *Ritual*.

8 - Sobre o conteúdo dos rituais, ver PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, pp. 188, 192 e seguintes.

9 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘huma livraria copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

10 - BARREIRA, Catarina Fernandes, MELO, Maria João, ARAUJO, Rita e CASANOVA, Conceição – “Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça *scriptorium*”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/2 (2016), pp. 252-282.

11 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Approaches to a fourteenth-century breviary from the Cistercian abbey of Alcobaça (MS Alc. 66)”. *Cîteaux – Commentarii cistercienses* 68, fasc. 1-4 (2017), pp. 249-276.

12 - Sobre este códice, ver, nesta coletânea, o artigo de Catarina Fernandes Barreira, dedicado aos Colectários de Alcobaça, “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”.

Tabela 2

Indicações sobre o códice	Conteúdo
BNP, Alc. 166, Colectário-ritual 1185 - 1191	Calendário (Adição) Temporal, Santoral e Comum dos Santos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos Adições
BNP, Alc. 165, Breviário de Verão Séc. XIII	Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Adições
BGUC, ms. 893, Colectário-ritual Séc. XIII	Calendário (Adição) Temporal, Santoral e Comum dos Santos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos (Adição)
BNP, Alc. 140, Saltério-himnário Séc. XIII	Saltério, Cânticos e Hinos Ofício de Defuntos Colectas para a comemoração dos defuntos (Adição)
BNP, Alc. 8, Breviário Séc. XIV	Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 29, Breviário Séc. XIV	Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Adições
BNP, Alc. 54, Breviário Inícios do séc. XIV	Saltério Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Colectas para a comemoração dos defuntos (Adição)
BNP, Alc. 66, Breviário 1.ª metade do séc. XIV	Calendário (Adição) Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Adições
BNP, Alc. 192, Saltério-himnário Séc. XIV	Saltério, Cânticos e Hinos Ofício de Defuntos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 193, Saltério-himnário Séc. XIV	Saltério, Cânticos e Hinos Ofício de Defuntos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 67, Colectário para <i>tercia</i> 1442	Temporal, Santoral e Comum dos Santos Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos Adições
Ritual de Salzedas, finais séc. XV / inícios séc. XVI	
BNP, Alc. 83, Breviário Séc. XVI	Calendário Temporal, Santoral, Comum dos Santos e Hinos Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 105, Colectário 1716	Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos
BNP, Alc. 107, <i>Manuale cisterciense</i> Séc. XVIII	Sacramento da unção dos enfermos Ritual de exéquias Colectas para a comemoração dos defuntos Cerimonial Hinos e bênçãos

Os dois ritos ou *ordines* descrevem os procedimentos, as fórmulas e as orações para dar assistência aos últimos momentos dos monges e para as suas exéquias e ambos foram descritos nos *Ecclesiastica Officia*¹³ (a biblioteca de Alcobaça tinha os seguintes exemplares, em latim: Alc. 185, Alc. 187 (de 1231)¹⁴, Alc. 281 e Alc. 186 (1396); em português: Alc. 208 (de 1415) e Alc. 278 (de 1444)).

Começamos pelo sacramento da unção dos enfermos, que acontecia em caso de morte iminente: o abade preparava-se para a administração do sacramento (*alba, stola et manipulo virgam sumens pastoralem*), a comunidade começava por se reunir no coro, onde entoava salmos e depois dirigia-se para a enfermaria, em torno do monge moribundo, que se confessava (*Confiteor...*). O abade dava-lhe a absolvição e o monge doente devia ser capaz de beijar a cruz. Seguia-se um conjunto de orações e, caso a morte não ocorresse logo, a comunidade deixava a enfermaria.

No momento da morte, era muito importante que toda a comunidade estivesse reunida em torno do moribundo¹⁵: este era deitado no chão, num lençol estendido sobre cinza, em forma de cruz¹⁶, enquanto os monges se distribuíam à sua volta, a recitar a ladainha (se demorasse a morrer, recitavam-se os sete salmos penitenciais)¹⁷. Após a morte, o defunto era lavado, vestido e aspergido com água benta e, depois da

13 - Os *Ecclesiastica Officia* são, em contexto cisterciense, o equivalente ao *Costumeiro*, um texto que regulamenta a prática litúrgica ao longo do ano, definindo, por exemplo, os dias em que os monges laboram e os que não laboram; ou o que fazer na Vigília da Páscoa, ou sob que ordem se dizem as colectas para a comemoração dos defuntos (WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative Texts from early Cîteaux*. Belgium: *Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 1999, p. 23). A edição referência é a de CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle (...)*. Vol. 22. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989, p. 266 e seguintes.

14 - Sobre estes dois códices, ver WADDELL, Chrysogonus – *Narrative and Legislative...*, p. 48 e ss. e WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century statutes from the Cistercian General Chapter. Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 2002, pp. 527 e 528; ver também BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário, "Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377.

15 - MATTOSO, José – "O culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo". In MATTOSO, José – *Obras Completas*. Vol. 4. *Poderes Invisíveis. O Imaginário Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 66.

16 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 268.

17 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 270.

recitação de um conjunto de orações, era levado para a igreja, em procissão, e era colocado no coro (ou noutro local que o abade decidisse). Em presença do morto, o abade celebrava o ofício dos defuntos e a missa. Em seguida, e após a recitação de um conjunto de orações e fórmulas, a comunidade organizava-se novamente em procissão, encabeçada pelo abade, seguido pelos monges e pelos noviços, para acompanharem o irmão *ad tumulum*¹⁸. Daqui se percebe a funcionalidade dos dois *ordines* – unção dos enfermos (com a respectiva ladainha) e ritual das exéquias – aparecerem sempre copiados sequencialmente.

As colectas para as comemorações pelos defuntos (ou *passados*) celebravam-se ao longo do ano, em honra e memória dos abades e bispos da ordem, dos monges e *familiares*, etc.¹⁹. Para cada um destes aniversários estavam previstas colectas específicas (ver Tabela 3) e outras, para serem adicionadas, no caso de estar presente um defunto (também específicas, em função do tipo de defunto: abade, bispo, monge, etc.)²⁰. Previam também uma comemoração em honra dos fundadores das suas casas, neste caso o rei D. Afonso Henriques²¹.

Ao contrário dos *ordines* ligados à enfermidade e à morte, as colectas para a comemoração pelos passados tinham uma data específica. Ou

18 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 284 e seguintes.

19 - Sobre a interpretação do conteúdo textual e litúrgico das colectas, veja-se DE ZAN, Renato – “How to interpret a Collect”. In LEACHMAN, James G. e MCCARTHY, Daniel P. (ed.) – *Appreciating the Collect. An Irenic Methodology*. Hampshire: St. Michael's Abbey Press, 2008, pp. 57-82. Sobre as comemorações pelos defuntos, veja-se CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, pp. 154 e 155. Veja-se, ainda, nesta coletânea, sobre este assunto, o artigo de Zuelma Chaves, “*Officium mortuorum*: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII”. XVI, nomeadamente a Tabela 7.

20 - Sobre a ordem das colectas pelos defuntos e as colectas a adicionar, ver CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 152 e seguintes.

21 - Segundo Megan Cassidy-Welch, o Capítulo Geral de Cister decidiu, em 1273, que todas as comemorações individuais em honra dos passados cessassem. Esta medida poderá estar relacionada com o aumento significativo dos aniversários individuais, que se tornavam um fardo difícil de cumprir (CASSIDY-WELCH, Megan – *Monastic spaces and their meanings. Thirteenth century English Cistercian monasteries*. Turnhout: Brepols, 2001, p. 239). Em Alcobaça esta decisão não foi aplicada em relação ao rei fundador, como os calendários e uma procissão (que trataremos a seguir) o atestam, mas a quase ausência de referências litúrgicas aos monarcas que se encontravam lá tumulados faz-nos pensar que terá sido cumprida, com esta excepção. Sabe-se, ainda assim, que o abade D. Pedro Nunes pediu permissão ao Capítulo Geral, em 1280, para celebrar o aniversário do rei D. Afonso III in CANIVEZ, Joseph-Marie (ed.) – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis, t. 3: Ab anno 1262 ad annum 1400*. Louvain: Bureaux de la Revue, 1935, p. 201.

seja, o “momento litúrgico” a que cada colecta dizia respeito tinha o seu contexto específico ao longo do ano (Janeiro, Maio, Setembro e Novembro), articulando-se com a liturgia do Temporal e do Santoral²².

Tabela 3

Data	Comemoração	Colecta
11 Janeiro	Aniversário dos bispos e dos abades da ordem	<i>Praesta domine quaesemus ut animae famulorum</i>
20 Maio	Aniversário pelos membros da ordem (monges, noviços, conversos, familiares)	<i>Omnipotens sempiterne deus, cui numquam sine spe misericordiae supplicatur</i>
17 Setembro	<i>Aniversarium fratrum et benefactorum nostrum</i> <i>In solemne tricenario</i> (por 30 dias, dita às Laudes, na missa e em Vésperas)	<i>Deus, veniae largitor et humanae salutis amator, quaesumus clementiam tuam, ut nostrae congregationis fratres</i>
2 Novembro	Fiéis defuntos <i>Omnium fidelium defunctorum</i>	<i>Fidelium deus omnium conditor et redentor</i>
20 Novembro	<i>Commemoracio omnium fratrum et parentum nostrorum</i>	<i>Deus cui proprium est miserere semper et parcere, propitiare animae famuli tui illius et omnia eius peccata dimitte</i>
(data específica) ²³	Em honra dos fundadores das nossas casas	<i>Praesta domine quaesemus ut animae famulorum</i>
Sem data	<i>Pro femina defuncta</i>	<i>Quaesumus domine pro tua pietate miserere animae famulae tuae illius et, a contagiis mortalitatis exutam, in aeternae salvationis partem restituere</i>
Sem data	<i>Pro presente defuncto</i>	<i>Inclina domine aurem tuam ad preces</i>

No códice, antes de se copiarem as colectas, com as respectivas indicações a que aniversário se destinavam, há uma explicação de como se celebravam e menciona-se os locais onde eram entoadas: *Quomodo*

22 - DE ZAN, Renato – “How to interpret a Collect...”, pp. 60 e 75.

23 - D. Afonso Henriques aparece assinalado no Calendário do Ordinário do Ofício Divino Alc. 83, no dia 5 de Dezembro.

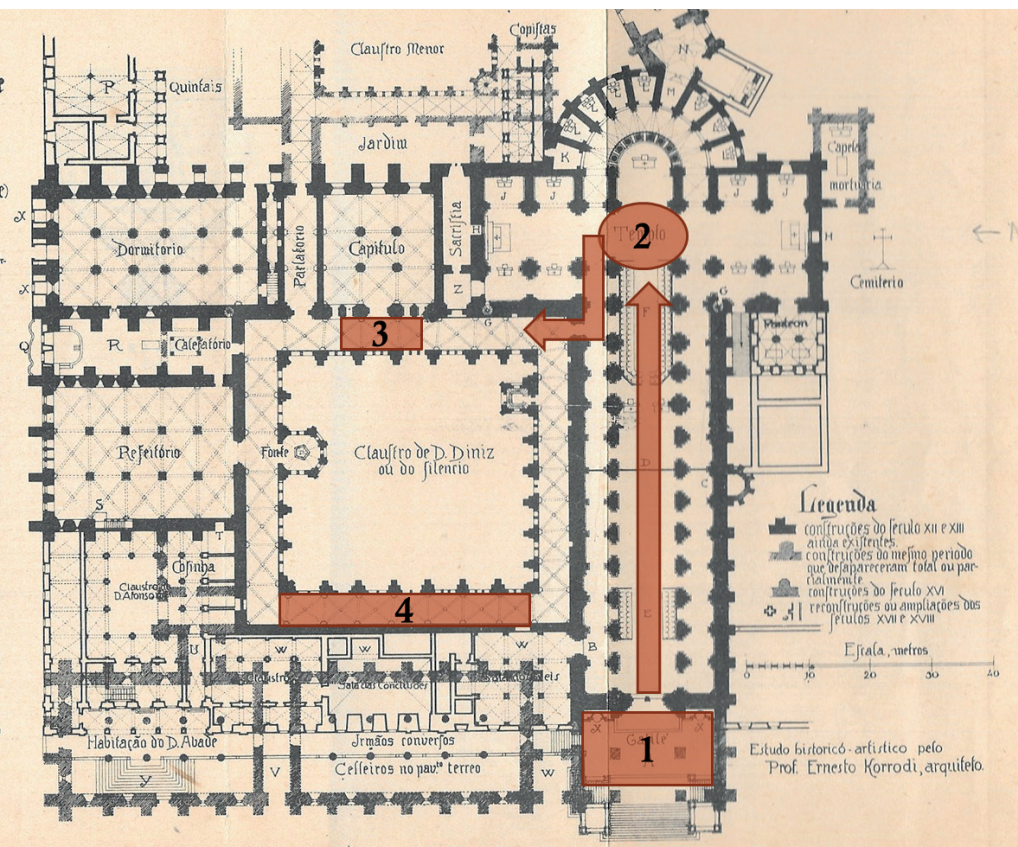


Fig. 1: Reconstituição da procissão pelos defuntos, com as *stationes* assinaladas, a partir da proposta de planta apresentada por Ernesto Korrodi in *Monumentos de Portugal. N.º 4. Alcobaça*. Porto: Litografia Nacional Edições, 1929.

fiant stationes in quinq[ue] precipuis anniversariis. É deste modo que ficamos a saber que estas comemorações – aniversários pelos defuntos – eram celebradas, em Alcobaça, com uma procissão que se desenrolava ao longo de quatro estações litúrgicas, em locais específicos, com excepção do aniversário pelos abades e bispos da ordem, que só tinha uma estação litúrgica, na Sala do Capítulo (*In anniversario episcoporum et abbatum fit tantum una statio in capitulo*). Acontece que só no *Ritual de Salzedas* (e parcialmente no Alc. 62, um Ordinário do Ofício

Divino²⁴) é que estes locais nos aparecem mencionados, como se pode visualizar na figura 1²⁵: a 1.^a *statio* ocorria na Capela dos Reis²⁶, no espaço correspondente à galilé²⁷, à entrada da igreja, que continha os túmulos de D. Afonso II, da sua mulher, de D. Afonso III, da sua mulher e de três dos seus filhos (e ainda dois altares)²⁸. Nesta *statio* diziam as colectas *Inclina domine aurem tuam ad preces...* e também *Quasemus domine pro tua pietate miserere*. A procissão prosseguia pela igreja, ao que tudo indica pela nave central, atravessando o coro dos monges (que ocupava as primeiras colunas, defronte da capela-mor, e tinha 83 cadeiras; este coro foi substituído por outro, ao tempo de D. Manuel, com centena e meia de cadeiras), até chegar à 2.^a *statio*, *ultram chorum*, ou seja, para lá do coro dos monges, na Capela-mor, onde recitavam a colecta do presente aniversário. De seguida, os monges dirigiam-se para o claustro, para o local da 3.^a *statio*, que se localizava

24 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208”. *Cadernos de Estudos Leirienses* 11 (Dez. 2016), pp. 329-341; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 4. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2015, pp. 131-152 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Ficha de catálogo do n.º 8 – Ordinário do Ofício Divino da Ordem de Cister e *Ars Manualis* Alc. 62”. In AFONSO, Luís Urbano e MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *O livro e a Iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, pp. 125-126.

25 - Carol Symes refere que o estudo da liturgia medieval está, na sua maioria, dependente dos manuscritos que chegaram até nós (SYMES, Carol – “Liturgical Texts...”, p. 239). De facto, sem o *Ritual de Salzedas* não teria sido fácil reconstituir a procissão por ocasião da comemoração dos defuntos. Ver, também, JORGE, Virgolino – “Organização espaço-funcional da abadia cisterciense medievo. Alcobaça como modelo de análise”, in *As Beiras e a presença de Cister. Espaço, Património edificado, Espiritualidade. Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. S. Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2006, pp. 71-86.

26 - Aparece mencionada no testamento de Afonso III, de 1271: “*In primis mando corpus meum sepeliri in Monasterio Alcobacie, in domo illa in qua jacent pater meus, & mater mea, & mando ibi cum corpore mea tria millia librarum ad construendum claustrum ejusdem Monasterij, & non expendantur in alijs*.” (MOTA, António Brochado – *Testamentos régios – Primeira Dinastia*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 192). Veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy...”, p. 221 e seguintes.

27 - FLORES, Antonio García – “Espacios funerários en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. In HALL, Jackie e KRATZKE, Christine (eds.) – *Sepulturae Cistercienses. Cîteaux. Commentarii Cistercienses* 56, fasc. 1-4 (2005), pp. 199 a 230, p. 215.

28 - Segundo Saul A. Gomes, foi no abaciado de D. Jorge de Melo, entre 1510 e 1519, que ocorreu o seu desmantelamento e os túmulos reais foram mudados para o transepto (GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”. In *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007, pp. 19-56, p. 49).

ante a Sala do Capítulo, e a última estação litúrgica ocorria no Cemitério dos Conversos²⁹. Onde se situava este local? Seria no exterior? Nas *Definições* de 1593, temos a seguinte informação: “Os religiosos se enterraram nas alas claustrais do capítulo e colação e os conversos na da portaria”³⁰. Frei Manuel dos Santos, na *Descrição do Real Mosteiro*, corrobora as orientações das *Definições*, mencionando, em relação às alas claustrais, que

“Os monges ordinários tem o seu jazigo no lanço exterior do claustro desta mesma parte oriental; e no outro lanço correspondente a este da parte do Ocidente são enterrados os irmãos conversos, separados de nós na vida, e na morte”³¹.

Pensamos que estes dois testemunhos, um dos finais do século XVI e o outro do século XVIII, sobre a localização do cemitério dos conversos no claustro, na ala da portaria, ajudam a responder à questão da sua localização nos finais do século XV e a perceber onde seria a última *statio* referida no *Ritual de Salzedas*.

Por razões que desconhecemos, a procissão associada às colectas só aparece documentada em finais do século XV, embora as colectas para a comemoração dos passados estejam copiadas num dos códices mais antigos de Alcobaça (Colectário-ritual Alc. 166), como se depreende da Tabela 2.

É nossa intenção perceber, agora, do ponto de vista litúrgico, em relação aos rituais ligados à enfermidade e à morte, e às colectas para as comemorações dos *passados*, como é que se agrupam nos códices e como se articulam com os outros textos. Como vimos atrás, na Tabela 2,

29 - Sobre o termo “cemitério”, ver FLORES, Antonio Garcia – “Espacios funerários en los monasterios cistercienses...”, p. 217 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÉPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de ungir e enterrar...”, p. 349.

30 - DIFFINIÇOENS da Ordem de Cistel [sic] e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça. Lisboa: por Antonio Aluarez, 1593. (Cota: BNP, Res. 143, 1v.). [Em linha] [Consultado 18.02.2018] Disponível em Biblioteca Nacional Digital em http://purl.pt/15160/fólio_36.

31 - SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Leitura, Introdução e Notas por Aires A. Nascimento. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979, p. 51.

os dois *ordines*, da unção dos enfermos e o ritual dos defuntos, aparecem sempre sequencialmente, em colectários e breviários. Já as colectas para a comemoração dos defuntos aparecem nos colectários, depois dos dois rituais (Alc. 166, BGUC, ms. 893 e Alc. 67), mas também foram copiadas sozinhas, neste caso em breviários (Alc. 8, Alc. 54, sob a forma de adição, e Alc. 83) e nos saltérios-himnários (Alc. 140, Alc. 192 e Alc. 193), neste último caso sequenciais com o Ofício de Defuntos.

Assim, perguntamo-nos onde foi Alcobaça buscar o modelo para juntar, no *Ritual de Salzedas*, o *ordo* da profissão dos monges (que depois foi enriquecido com uma adição), os dois ritos (unção dos enfermos e exéquias) e as colectas das comemorações pelos *passados*.

A resposta encontra-se no códice Dijon 114, um códice modelo, copiado em Cîteaux, em torno de 1180/1188, dividido em secções, correspondentes aos vários tipos de códices. Ora, na secção respeitante ao *Collectaneum*, depois do Próprio dos Santos, observamos o seguinte conteúdo, com esta sequência (fólio 149 e seguintes):

- *Ordo* da profissão dos monges
- *Ordo* da unção dos enfermos
- *Ordo* das exéquias
- Ofício de defuntos
- Colectas para as comemorações dos aniversários pelos defuntos.

Este conteúdo, que combina as colectas com os *ordines*, não é uma originalidade cisterciense, mas anterior. Segundo Cyrille Vogel e Eric Palazzo,

“a combinação entre os colectários e os rituais nasceu em contexto monástico no século X e manteve-se, pelo menos, até aos séculos XII ou XIII. O colectário continha todas as colectas que o celebrante precisava para a Liturgia das Horas e o ritual a ele associado reunia os textos necessários para a liturgia dos enfermos e dos mortos e

também os ritos específicos dos mosteiros (como o *ordo ad faciendum monachum*)”³².

Voltando ao código-modelo Dijon 114 e ao *Ritual de Salzedas*, terá existido em Alcobaça um código com este conteúdo, disposto por esta ordem? Terá o *Ritual de Salzedas* tido origem num código mais antigo, que reunia os *ordines* com esta sequência e que não chegou até nós? Inclina-mo-nos a pensar que sim. No entanto, ao examinarmos a produção do *scriptorium* alcobacense posterior ao *Ritual de Salzedas*, verificamos que os dois *ordines* se mantêm associados às colectas das comemorações pelos defuntos (como acontece com o Colectário Alc. 105, de 1716, e com o *Manuale cisterciense* Alc. 107, do século XVIII) e que os ritos da profissão dos monges e das monjas se encontram num outro código (Alc. 106, do século XVII). Ou seja, do ponto de vista litúrgico, nos séculos XVI a XVIII, a liturgia da enfermidade e da morte (e as comemorações pelos passados) manteve-se separada dos rituais de entrada na vida religiosa³³.

Assim, o que podemos dizer é que, em relação ao conteúdo litúrgico e à sua organização, o *Ritual de Salzedas* deve ter tido como modelo um código mais antigo, que não chegou até nós e que seguiu de perto a organização proposta pelo “colectário” do manuscrito-modelo Dijon 114. No entanto, pela observação da Tabela 2, não foi esta “organização” que prevaleceu no *scriptorium* do mosteiro, mas sim a separação entre a liturgia ligada à enfermidade e à morte e o *ordo* da profissão monástica. É justamente este último tópico que agora analisaremos.

32 - PALAZZO, Eric – *A History of Liturgical Books...*, p. 191 e VOGEL, Cyrille – *Medieval Liturgy...*, p. 261. Ver, nesta colectânea, o artigo de Catarina Fernandes Barreira dedicado aos colectários de Alcobaça, “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”.

33 - Num livro impresso, de 1555, verifica-se a seguinte sequência: os dois *ordines*, a que se seguem as colectas para a comemoração dos aniversários pelos defuntos e, em seguida, o *ordo benedicendi monachos, vel moniales* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Ordo ad inungendum infirmum & ad communicandum at[que] ad mortuum sepeliendum secu[n]dum cisterciensis ordinis consuetudinem*. Conimcricae [sic]: excudebat Ioānes Aluarus, 1555 [R-2-29]). No *Cerimonial de Lrvão*, de 1547, encontra-se a profissão das monjas, o *ordo fratrem mortuum* (a que se segue uma indulgência papal) e o sacramento da unção dos enfermos.

2. A profissão monástica nos códices alcobacenses³⁴

É difícil mencionar o número de monges que passaram pelo claustro alcobacense ao longo dos séculos. Foram muitos, com certeza, como o atesta o fundo documental do mosteiro e outros elementos³⁵. No entanto, desconhecemos as razões por que sobreviveram tão poucos testemunhos escritos do ritual da profissão monástica masculina, e tão tardios, isto é, da segunda metade do século XV em diante.

Assim, no conjunto dos livros com origem no *scriptorium* alcobacense, chegaram até nós três testemunhos dos rituais da profissão monástica: um, sob a forma de adição, datável dos finais do século XV, no Missal Alc. 26; outro no *Ritual de Salzedas* e o último no Cerimonial Alc. 106, do século XVII. É provável que o Mosteiro de Alcobaça tenha tido mais exemplares do *ordo* da profissão monástica, ainda que as orientações para a profissão estivessem nos *Ecclesiastica Officia* atrás mencionados³⁶. No entanto, faltavam as fórmulas e as orações.

Vale a pena regressarmos à análise deste *ordo* no *Ritual de Salzedas*, em articulação com a adição que o códice recebeu, a bênção das recém-professas, e perceber o seu contexto de produção e de uso. O voto perpétuo da profissão monástica era um momento muito importante na vida dos monges, embora o processo começasse antes, com o noviciado. Era um momento de iniciação e de despojamento – dos bens e das vestes (e o envergar de outras, distintas das demais), para além da tonsura. No rito da profissão monástica, há dois acontecimentos que têm lugar no Capítulo e que precedem a missa da profissão: o candidato dispõe dos

34 - Sobre a presença de ritos respeitantes à profissão feminina nos códices de Alcobaça, ver BARREIRA, Catarina Fernandes – “Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobaça”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 37 (2018), pp. 189-213.

35 - GONÇALVES, Iria – “O mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges”, in *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 233-256.

36 - CHOISSELET, Danièle e VERNET, Placide – *Les Ecclesiastica officia...*, p. 296 e seguintes.

seus bens e, de seguida, recebe a tonsura³⁷. De acordo com os *Statuta*, há diferenças entre a profissão monástica que tinha lugar no Inverno (do Advento à Páscoa) e a profissão monástica que tinha lugar no Verão. No Inverno, a missa é antes do candidato ir ao Capítulo, isto é, na hora de *prima*: ou seja, missa da profissão (mais um pequeno intervalo), *tercia* e depois Capítulo. Neste caso, o candidato recebe a tonsura no dia anterior. O dia escolhido era, geralmente, um dia de semana, desocupado, para não interferir com festas de doze lições e duas missas. O código de Salzedas tem a fórmula da tonsura: *Oremus dilectissimi fratres... pro hoc famulo suo illo qui ad deponiendam coronam...*, prosseguindo depois com a antífona e com outra oração³⁸.

Mas voltemos ao *incipit* deste *ordo* da profissão dos monges, onde aparece mencionado que este rito é extensível também às monjas: *Incipit officium ordinis ad monachum benedicendum professum. Hic ordo extenditur etiam ad moniales* (fólio 6, AIII). Daqui deduzimos que quando o manuscrito foi copiado já havia sido previsto o seu uso em Alcobaça e em casas femininas³⁹. Nos inícios do século XIII, as fórmulas e orações do *ordo* da profissão masculina foram adaptadas à profissão feminina, na sequência da decisão do Capítulo Geral de Cister de incorporar mosteiros femininos na Ordem, tomada em 1213. O rito feminino acabou, depois, por evoluir, revestindo-se de algumas especificidades face ao masculino, como o pormenor da bênção do véu. E são estes formulários específicos da profissão das monjas que encontramos na adição do *Ritual de Salzedas*, uma unidade codicológica constituída por quatro fólhos, que diz respeito à entrega e à bênção dos símbolos da vida monástica, isto é, o véu e a cogula. O local onde esta unidade codicológica foi inserida, na lógica interna do manuscrito, não é despiciente: foi introduzida no fim da profissão dos monges e deve ser aqui objecto de análise contextualizada.

37 - WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter. Belgium: Cîteaux: Commentarii cistercienses*. 2002, p. 154.

38 - WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes...*, p. 323.

39 - RÉPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy..”, p. 216 e BARREIRA, Catarina Fernandes e RÉPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 348.

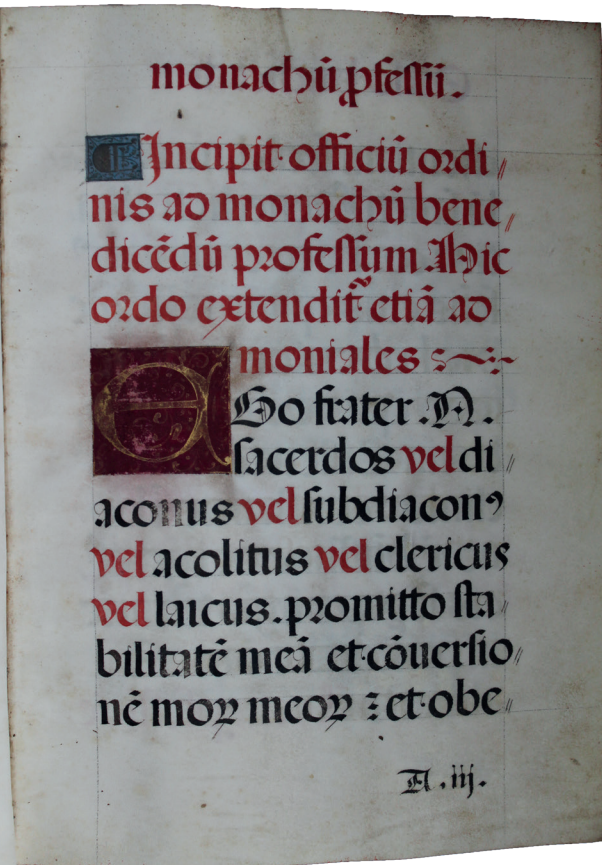


Fig. 2: Paróquia de Santa Maria de Salzedas, *Ritual de Salzedas*, fôlio 6

Em primeiro lugar, a cerimónia da profissão monástica das monjas cistercienses era conduzida pelo abade do mosteiro masculino que tinha a jurisdição sobre a comunidade feminina. Ou seja, como o *scriptorium* de Alcobaça copia este códice entre os finais do século XV e os inícios do seguinte, e como lhe insere uma adição que não deve distar muito do núcleo inicial do manuscrito, as casas femininas onde ele poderia ser usado eram Cós, Odivelas, Cástris e Almoester⁴⁰.

Esta informação, articulada com outros indícios do manuscrito, atesta, de facto, um uso efectivo em contexto feminino: nos

ordines da unção dos enfermos e das exéquias encontra-se, no espaço interlinear, a indicação da versão feminina dos vocábulos (*famulum/ancilla; fratris/sorores*), elementos adicionados posteriormente.

A profissão monástica tinha lugar durante a missa, após a Liturgia da Palavra: depois do chamamento dos(as) candidatos(as), da homilia, do interrogatório e da oração litânica, tinha lugar a profissão. Estas fórmulas

40 - RÊPAS, Luís Miguel – “Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores”. In VIFORCOS MARINAS, M^a Isabel, CAMPOS SÁNCHEZ-BORDONA, M^a Dolores (coord.) – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, 2005, pp. 51-78.

merecem a nossa atenção, com o auxílio de um outro códice de Alcobaça, já mencionado, do século XVII, o Alc. 106, um *Caeremoniale*, com o qual reconstituiremos este ritual.

Depois de um ano de noviciado, a noviça era conduzida para o altar-mor pela mestra, levando consigo a carta de profissão. Fazia a promessa, semelhante à masculina, na presença do abade e da abadessa, usando uma fórmula que derivou de uma outra, mais antiga, com origem no Mosteiro de Montecassino⁴¹, e que foi usada e adaptada por várias ordens religiosas, relativa à obediência (*Ego soror N promitto stabilitatem meam et conversionem morum meorum et obedientiam secundo regulam sancti Benedicti coram Deo et omnibus sanctis eius quod reliqua hic habentur in hoc loco qui vocatur N...*), e colocava a carta sobre o altar. Voltava ao seu lugar e, ajoelhada, entoava o *Gloria*, o *Kyrie* e o *Pater Noster*. O abade tomava a carta e a noviça era levada para junto das outras monjas e prostrava-se no chão.

O abade e a cantora entoavam um conjunto de responsórios e versículos e quatro orações⁴². O abade benzia depois a cogula e o manto, dizendo a primeira oração que se encontra na adição do *Ritual de Salzedas*: *Deus eternorum bonorum fidelissime repromissor certissime per solutorum qui vestimentum salutare...* (fólio 14). Era neste momento que lhe retiravam as vestes de noviça e lhe vestiam a cogula e o manto, repetindo o abade a oração.

De seguida, o abade benzia-lhe os véus, o que corresponde à segunda fórmula do *Ritual de Salzedas* (*Caput omnium fidelium Deus et totius corporis Salvator hoc operimentum velaminis quando famule tue propter tuum...*, fólio 15), e, enquanto lhos colocavam, o abade dizia a terceira oração (*Accipe velum sacratum puella quod perferas sine macula ante tribunal domini nostri Iesu Christi...*, fólio 16), a quarta (*Famulas tuas quesumus Domine, tue custodia muniat pietatis...*, fólio 16 e 16v) e a última, mais longa e com bênção (*Da quesumus omnipotens Deus...*,

41 - RIGHETTI, Mario – *Manuale di Storia Liturgica*. Vol. IV. I Sacramenti. I Sacramentali. Milão: Editrice Ancora Milano, 1959, pp. 479, 485 e seguintes.

42 - Os *Statuta* de 1189 insistiam nesta questão: que na missa da profissão (masculina) era o abade quem cantava (WADDELL, Chrysogonus – *Twelfth-century Statutes...*, p. 154).

fólio 16v), terminando, assim, a adição do *Ritual de Salzedas* (fólio 17v).

Depois disto, a cantora dava início ao hino, estando a nova monja de joelhos no presbitério; quando o hino findava, era levada pela mestra para o seu lugar no coro e o abade prosseguia a missa. Assim, pode-se afirmar que este ritual da profissão das monjas é uma adaptação do ritual da profissão dos monges que, como dissemos, já fazia parte da normativa, isto é, dos *Ecclesiastica Officia* e do *Collectaneum*, e, por isso, está muito próximo dele, com fórmulas em comum e outras específicas, adaptadas aos votos femininos.

Deixámos para o fim o terceiro testemunho da profissão monástica que mencionámos: é uma unidade codicológica elaborada nos finais do século XV, que foi adicionada a um missal, plenário, datado da primeira metade do século XIV, o Alc. 26. Este códice, dado o interesse do seu programa decorativo, com mais de duas dezenas de iniciais historiadas, mereceu já a atenção de Horácio Peixeiro⁴³ e a nossa, a propósito das relações que estabelece com outros manuscritos do *scriptorium* de Alcobaça⁴⁴. Por questões de espaço e de tempo, não havíamos ainda prestado a devida atenção à adição do Alc. 26 quan-

43 - PEIXEIRO, Horácio – *Missais iluminados dos séculos XIV e XV. Contribuição para o Estudo da Iluminura em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 234 e seguintes; PEIXEIRO, Horácio – “As cores das imagens. A propósito da cor na iluminura alcobacense dos séculos XIV e XV”. *Revista de História da Arte* 3 (2007), pp. 103-129, p. 121 e PEIXEIRO, Horácio – “Um missal cisterciense iluminado (Alc. 26) e as representações da Virgem e de São Bernardo”. In *IX Centenário do nascimento de São Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 195-218, p. 208 e 209.

44 - BARREIRA, Catarina Fernandes – “Le Compendium theologiae veritatis de l’abbaye d’Alcobaça”, in MIRANDA, Adelaide e MIGUELEZ, Alicia (coord.) – *Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts*. Brepols Publishers: Barcelona-Madrid, 2014, pp. 105-129; BARREIRA, Catarina Fernandes – “O martírio de Santo Estevão em três manuscritos iluminados da abadia cisterciense de Alcobaça”. *Anuario de Estudios Medievales* 46/2 (julio-diciembre 2016), pp. 617-649; RÉPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy..”, pp. 211-236 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “A festa do *Corpus Christi* no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV”. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes, GONÇALVES, Carla Alexandra e ANTUNES, Joana (coord.) – *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Lisboa: Secretariado dos Bens Culturais da Igreja, 2017, pp. 83-103, e, por fim, BARREIRA, Catarina Fernandes – “Um missal alcobacense dos inícios do séc. XIV (Alc. 26)”. In BILOTTA, Maria Alessandra (ed.) – *Medieval Europe in Motion. The circulation of artists, images, patterns and ideas from the Mediterranean to the Atlantic Coast (6th – 15th centuries)*. Palermo: Officina de Studi Medievali, 2018, pp. 151-168.

do a relacionámos com o *Ritual de Salzedas*⁴⁵, no âmbito da profissão dos monges, pelo que nos interessa agora repensá-la num contexto mais lato.

Inserida no início do manuscrito, a adição consta de quatro fólhos e principia com uma memória de 1652 sobre a falta de azeite no mosteiro durante o abaciado de Frei Gerardo; segue-se o Credo (fólio 2) e o *Ordo ad monachum benedicendum* (fólio 2v), o qual ficou incompleto, faltando-lhe algumas orações na parte final⁴⁶. O texto tem início com a fórmula da promessa da profissão monástica dos monges: *Ego frater N sacerdos vel diaconus vel subdiaconus vel acolitus vel clericus vel laicus promitto stabilitatem meam...* (fólio 2v). Prossegue, depois, a cerimónia: o abade diz *Et ne nos*, os monges respondem *Sed libera nos a malo* e o cantor entoa o salmo *Miserere mei Deus* e o coro o *Gloria patri*. Era neste momento que o abade devia dizer *Salvum fac servum tuum*, mas, em vez disso, o manuscrito tem a versão feminina da fórmula: *Salvuas fac ancillas tuas* (fólio 3). Seguem-se duas orações e, mais adiante, em vez de *hunc famulum tuum*, surge duas vezes no mesmo fólio a versão feminina *hanc famulam tuam* (fólio 4)⁴⁷. Como mencionámos, este *ordo* termina incompleto no fim do fólio 4v, sem que se perceba o que terá acontecido aos fólhos em falta, bem como em que data deixaram de fazer parte deste manuscrito. Apesar da memória de 1652, esta adição deve datar de finais do século XV, como dissemos atrás.

À semelhança do *Ritual de Salzedas*, este *ordo* da profissão masculina deve ter sido copiado a partir de um códice mais antigo e adaptado à profissão feminina: o *scriptorium* de Alcobaça, nos finais do século XV, não

45 - BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, pp. 347 e 348.

46 - Uma vez que é a unidade codicológica que foi agregada que tem a memória de 1652 e que contém o carimbo da livreria de Alcobaça, podemos pensar que esta adição já fazia parte do códice, nesta ordem, quando o manuscrito foi catalogado, carimbado e talvez reen-cadernado.

47 - Ver BAURY, Ghislain – “Une Bibliothèque Médiévale de Moniales Cisterciennes en Castille. Cañas et les *membra disjecta* de son missel”. *Cîteaux. Commentarii cisterciensis*. 61, fasc. 2-4 (2010), pp. 141-183 (p. 146).

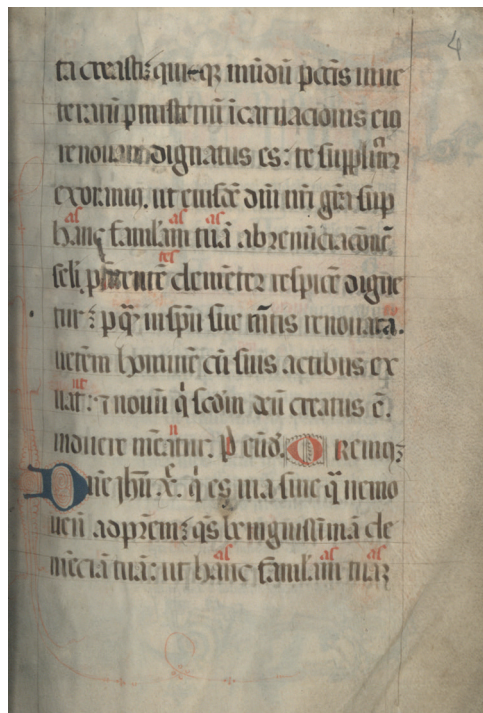


Fig. 3: BNP, Alc. 26, fólio 4

devia ter disponível, na sua biblioteca, o *ordo ad moniales* e, por isso, não tinha também a fórmula inicial da profissão feminina, distinta da dos monges. Limitou-se a copiar e a adaptar o que lhe era possível: o género dos excertos das fórmulas. Ou seja, a adição do Alc. 26, de finais do século XV, deve dizer respeito a um período em que Alcobaça não tinha ao seu alcance o rito de profissão feminino e, por isso, esta unidade codicológica tem de ser anterior ao *Ritual de Salzedas*⁴⁸. Talvez esta adição tenha assumido um carácter provisório no provimento das necessidades das casas femininas que, posteriormente, o *Ritual de Salzedas* veio assegurar.

A agregação do *ordo* da profissão monástica a um missal plenário faz sentido (uma vez que o ritual está integrado na missa) e, mais uma vez, deve ser contextualizado naquilo que existia no mosteiro, à época. Esta adição foi agregada a um códice da primeira metade do século XIV, um dos manuscritos mais belos, em termos estéticos, que o *scriptorium* produziu, com mais de duas dezenas de iniciais historiadas. A sua integração neste missal poderá ser justificada por motivos de ordem estética? Ou dever-se-á ao facto de ser um dos últimos missais plenários a ser copiado pelo *scriptorium*?

Atendendo aos dados enumerados, podemos dizer que a presença

48 - Em BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 348, colocámos a hipótese de serem contemporâneos.

destes testemunhos nestes dois códices saídos do *scriptorium* do mosteiro, entre a segunda metade do século XV, e os inícios da centúria seguinte, reforçam uma hipótese que já apresentámos noutro local: o Mosteiro de Alcobaça estava, nesta altura, ou seja, entre os finais do século XV e os inícios da centúria seguinte, a adaptar os seus manuscritos litúrgicos para apoiar as casas femininas que estavam sob a sua jurisdição⁴⁹.

Mas voltemos aos códices, ao seu conteúdo, às suas adições e à sua ligação ao mosteiro onde foram feitos: a profissão dos monges adaptada aos votos femininos (presentes no Alc. 26) e as fórmulas específicas da profissão monástica das monjas cistercienses (que constam do *Ritual de Salzedas*) não são cerimónias de celebração diária, mas acontecimentos pontuais, que têm lugar ao longo do ano, em função dos processos de admissão das monjas, depois de cumprido o seu noviciado⁵⁰. Por este motivo pensamos que estes livros deviam estar no Mosteiro de Alcobaça, só saindo dele, pontualmente, para celebrar tais acontecimentos. No caso do *Ritual de Salzedas*, esta teoria fica ainda mais reforçada com os ritos da unção dos enfermos e das exéquias das monjas, com a versão feminina das palavras, ou seja, o códice também era usado para a extrema-unção e para exéquias.

Ao partirmos destes pressupostos, que atendem às circunstâncias de saída dos códices Alc. 26 e *Ritual de Salzedas* do Mosteiro de Alcobaça – e repetimos: profissão das monjas, unção das enfermas e enterramento das mesmas –, a que casa ou casas femininas nos estamos a referir?

Uma pista importante foi-nos dada por um outro manuscrito de Alcobaça. De acordo com o Alc. 64, *Regimento dos Sacristães-Mores*, redigido no abaciado de D. Estêvão de Aguiar (1431-1446) – conhecido

49 - BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar...*”, p. 347.

50 - Sobre este tema e a origem social das monjas cistercienses, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “As abadessas cistercienses na Idade Média”, *Lusitania Sacra* 2.^a série, 17 (2005), pp. 63-91 (p. 73, em particular a nota 39).

por transcrições de Gabriel Pereira e Saul A. Gomes⁵¹ –, as freiras da comunidade cisterciense de Cós eram sepultadas no cemitério do Mosteiro de Alcobaça e o sacristão de Alcobaça ficava com o seu cabeçal e a sua mantilha⁵². Neste âmbito, escavações arqueológicas realizadas em 2004 e publicadas em 2013, por uma equipa interdisciplinar, vieram atestar a presença de ossadas femininas nos espaços exteriores do Mosteiro (Pátio do Colégio da Conceição)⁵³. Seriam as ossadas das freiras de Cós, de acordo com o testemunho do *Regimento dos Sacristães-Mores*?

Cós era “uma comunidade cisterciense feminina com contornos bem distintos das demais, que se pautava por uma ligação de subordinação estreita ao Mosteiro de Alcobaça”⁵⁴. O Mosteiro de Cós localizava-se a poucos quilómetros do Mosteiro de Alcobaça, inserindo-se no seu couto, e existia numa total dependência institucional e económica do mesmo, dele recebendo, até ao século XVI, tudo quanto lhe era necessário. Esta ligação, como vimos, prolongava-se mesmo para além da morte das suas religiosas, com a sua inumação em Alcobaça.

Sabe-se muito pouco sobre a fundação do Mosteiro de Cós, talvez pela ausência do patrocínio régio ou da nobreza, que se regista noutras casas femininas⁵⁵. A primeira referência documental às *sorores* de Cós remonta

51 - PEREIRA, Gabriel – “Trechos portugueses dos séculos XIV e XV”. *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências* 5 (1911), pp. 319-328 e GOMES, Saul A. – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: O regimento dos Sacristães-Mores”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo 2. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 423- 448 e GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração...”, pp. 19-56.

52 - “Do que aia o sancristam per morte das freiras de Coz. [...] quando se morrer alguma freira de Coz, o sancristam ha d'aver huum cabeçal e a mantilha dela” (GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração...”, p. 436). A informação sobre a posse do véu das monjas depois de mortas é, do ponto de vista da religiosidade, um dado interessante porque “os véus fazem parte da materialidade da liturgia” (BERGER, Teresa – *Gender differences and the making of liturgical history*. Farnham: Ashgate, 2011, p. 13).

53 - FERREIRA, Maria Augusta Pablo, FIGUEIREDO, António Jorge e CARVALHO, Emanuel – “O(s) Colégio(s) de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça. Um olhar...”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo 1. Alcobaça: Jorlis, 2013, pp. 141-153.

54 - RÊPAS, Luís Miguel – “Os Mosteiros cistercienses femininos em Portugal...”, pp. 64 e 65. Sobre este Mosteiro, ver, nesta colectânea, o artigo de Luís Miguel Rêpas – “As *sorores* de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)”.

55 - A propósito de outros mosteiros na mesma situação, ver JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe. 1090 – 1500*. London: Routledge, 2013, p. 140.

ao ano de 1241⁵⁶, altura em que se mencionam as casas que elas tinham junto de uma charneca que pertencia ao Mosteiro de Alcobaça⁵⁷, ainda que a organização da comunidade, submetida à autoridade de uma *abadesa*, só se documente muito depois, no século XIV. Segundo Cristina Sousa e Saul A. Gomes, em 1337 existiam em Cós doze *donas* e em 1393 documentam-se sete *freiras*⁵⁸.

De acordo com Claude Bronseval, o Mosteiro de Cós havia resultado de um grupo de mulheres pobres, viúvas, que “lavavam a roupa branca dos monges de Alcobaça”⁵⁹ e que, nos primeiros tempos, não estavam organizadas sob uma regra monástica, as quais, mais tarde, evoluíram para uma comunidade organizada e inserida na Ordem de Cister⁶⁰. Esta situação, não sendo habitual, também não era de todo estranha, pois, se atendermos ao contexto europeu dos séculos XIII e XIV, não existia um só modelo de casa cisterciense, mas variadas situações, com contornos permeáveis⁶¹, e coaduna-se com o testemunho do Cardeal D. Afonso, de 1532, que menciona:

“no mosteiro de Cós [...] soya aver sete mulheres como merçieyras profesas da hordem de sam bernardo as quae nam Rezauam horas canonicas somente diziam em lugar das horas, çertas vezes o *pater noster*”⁶².

56 - BNL – Códice 1494, fólios 262-267; publicado por SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, doc. 13 e GOMES, Saul A. – “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, volume 1, 2002/2003, p. 143.

57 - Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a Incorporação, Mç. 7, doc. 4 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enftouse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957, doc. 143, pp. 304-305; e SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 41.

58 - SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, docs. 55 e 56.

59 - De acordo com o testemunho de BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica...*, p. 464-469.

60 - Uma situação semelhante a outras registadas por JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, pp. 127 e 135.

61 - FREEMAN, Elizabeth – “Nuns”, in BRUNN, Matte Birkedal (ed.) – *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 100-111 e JAMROZIAK, Emilia – *The Cistercian Order in Medieval Europe...*, p. 129, 132 e 133; LESTER, Anne E. – *Creating Cistercian Nuns: The Women's Religious Movement and Its Reform in thirteenth-century Champagne*. Londres: Cornell University Press, 2011, p. 18 e seguintes.

62 - SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 74.

Era, assim, um recolhimento de mulheres devotas e pias que, inicialmente, não estavam sujeitas a uma regra (ou, pelo menos, não a cumpriam com rigor) e que davam apoio aos monges do Mosteiro de Alcobaça, recebendo deles, em troca, tudo o que necessitavam⁶³. E deve ter sido no âmbito desse lento processo de evolução e de integração da comunidade de Cós na normativa cisterciense que os manuscritos mencionados receberam as adições, entre a segunda metade do século XV e as primeiras décadas do século XVI, em função da ligação institucional que, desde o século XIII, existia entre as duas comunidades, e que se manteve, com as devidas alterações, até à sua extinção.

Por essa altura, mais concretamente em 1484, o Mosteiro de Alcobaça recebeu o visitador Frei Pedro Serrano: a acta de visitação constitui um testemunho importante da dependência do Mosteiro de Cós, porque contém as orientações sobre a quantidade de alimentos, de vinho e de azeite que os religiosos de Alcobaça deviam fornecer às monjas de Cós e sobre o vestuário e o calçado que deviam dar às conversas⁶⁴.

Mais pormenorizada é a visitação feita ao Mosteiro de Cós, em 1492, pelos abades de Claraval e de Alcobaça, em que se reconhece a pertença dessa casa à Ordem de Cister (*“devotum Monasterium monialium Beate Marie de Quoz dicti nostri Ordinis et prefate Ulixbonensis diocesis”*) e a sua submissão ao abade de Alcobaça (*“abbas de Alcobacia paterna et ordinaria jurisditione”*)⁶⁵.

Por altura da visitação de 1532, feita por D. Edme de Saulieu ao Mosteiro

63 - LESTER, Anne E. – *Creating Cistercian Nuns...*, p. 18 e seguintes; 42 e seguintes.

64 - GOMES, Saul A. – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa, MC / IPPAR, 1998, doc. I, § 102, pp. 146 [em latim] e 178-179 [tradução].

65 - A acta desta visitação foi descoberta por Mário Farelo, no âmbito do Projeto “*Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo*”, tendo sido estudada e publicada por RÊPAS, Luís Miguel, FARELO, Mário e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: as origens da comunidade e a sua organização no período medieval”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 41 (2020), pp. 181-208 e “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”, *Lusitania Sacra* 2.ª série, 42 (2020), pp. 205-229. Aliás, podemos ainda anunciar a descoberta de mais quatro visitasções inéditas aos Mosteiros de Almoester e Odivelas, que estão já praticamente transcritas e que também serão editadas dentro de muito pouco tempo (RÊPAS, Luís Miguel e FARELO, Mário (edi.) – *Visitações Medievais a Mosteiros Cistercienses. Vol. I – Fontes* [no prelo]).

de Cós, diz-se que este tinha 29 monjas professoras e três noviças, um elevado número de mulheres para as condições humildes que existiam naquela casa monástica. O secretário do visitador registou ainda que, na igreja do Mosteiro de Cós, entre outras coisas, não existiam os santos óleos da extrema-unção e que estes se procuravam junto do Mosteiro de Alcobaça quando deles havia necessidade⁶⁶. Ou seja, em caso de morte iminente, chamava-se alguém do Mosteiro de Alcobaça para ministrar a extrema-unção, que trazia consigo os santos óleos. Nessa altura, acrescentamos nós, seriam também trazidos os manuscritos com o ritual respeitante a este sacramento, bem como o ritual das exéquias, que deviam estar conservados em Alcobaça. E esse manuscrito bem que poderia ser o *Ritual de Salzedas*.

É, aliás, sabido que os livros usados em Cós provinham do Mosteiro de Alcobaça, como se confirma na acta de visitação feita por D. Edme de Saulieu à abadia alcobacense:

“Os livros que servem para a missa e para o ofício divino que estiverem danificados sejam reparados e multiplicados, porque são poucos. Por esta razão, que sejam recuperados e trazidos de volta para o mosteiro aqueles emprestados às monjas de C s.”⁶⁷

Daqui se depreende que, nos inícios do século XVI, havia livros de Alcobaça destinados à missa e ao ofício no Mosteiro de C s, isto é, livros usados pelos capel es que davam apoio espiritual às monjas.

66 - SOUSA, Cristina Maria A. de P. e GOMES, Saul A. – *Intimidade e Encanto...*, doc. 1, pp. 257-258 (ou BRONSEVAL, Fr. Claude de – *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheril. 2 Tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 464-469).

67 - Tradução nossa, a partir de SOALHEIRO, João – “*More Cisterciensis Ordinis*: Acta da visita o de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1532)”. In ANDRADE, Am lia A., FERNANDES, Hermenegildo Fernandes e FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 616: “*Libri ad missam et diuinum officium seruientes ruinosi reparentur et multiplicentur quia pauci sunt. Propterea illi qui sunt commodati monialibus de Coz recuperentur et ad monasterium referantur*”.

3. De Alcobaça para Salzedas, de Salzedas para uma colecção particular e desta para Salzedas

O *Ritual de Salzedas* deverá ter sido emprestado ao Mosteiro de Salzedas, em data que desconhecemos, mas seguramente após o desmantelamento da Capela dos Reis, ocorrida, como já mencionámos em nota, entre 1510 e 1519⁶⁸, porque não aparece mencionado no *Inventário de Alcobaça* de 1656⁶⁹, nem nos inventários posteriores, e também não existe o carimbo da livreria de Alcobaça, colocado talvez no século XVIII. Poderá ter ido com Frei Gerardo das Chagas, abade trienal de Alcobaça entre 1591 e 1594, que havia sido monge de Salzedas e que, após este seu abaciado, regressou a Salzedas, onde morreu, em 1611, e onde foi sepultado⁷⁰. Aparentemente, o manuscrito não foi devolvido a Alcobaça, como aconteceu com outros⁷¹.

Note-se, por fim, como o percurso dos manuscritos reflecte também a história das pessoas e das instituições que os utilizaram. Este, em particular, foi produzido para ser usado em Alcobaça e depois intervencionado e, provavelmente, utilizado num contexto feminino, acabando por integrar a livreria do Mosteiro de Salzedas, de onde poderá ter saído aquando

68 - GOMES, Saul A. – “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos...”, p. 49.

69 - ARAÚJO, Frei António de – *Index e summario dos livros que contem esta livreria de Alcobaça com o Epitome e declaração de todas as Tarjas, Emblemas, e quadros, de que está ornada, a qual livreria foi ampliada e renovada pelo grande zelo do nosso reverendíssimo Padre Frei Manuel de Moraes abade geral deste real convento...*, 1656 (manuscrito BNP COD. 8388).

70 - LOUREIRO, José João e PORTELA, Miguel – *Abades perpétuos, comendatários e trienais da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça e Gerais da Congregação*. [s.l.]: Edição de autor, 2017, p. 23.

71 - Poderá ter sido por essa razão que se copiou o Alc. 106, o *Caeremoniale* mencionado, com os seguintes rituais: Do recebimento das noviças segundo a Ordem Cisterciense em Portugal; Do benzimento das monjas; Da profissão dos monges segundo a regra de nosso Pai, S. Bento. Sobre manuscritos emprestados e devolvidos, veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes *et al* – “Through the eyes of Science and Art...”, pp. 252-282; BARREIRA, Catarina Fernandes – “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV...”, pp. 329-341.

da desamortização dos bens da Igreja⁷². Passou, então, para as mãos de particulares, que o valorizaram e conservaram, e integrou a colecção particular de António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho. Após a sua morte, foi levado a leilão, juntamente com a sua restante biblioteca⁷³. Foi nessa altura que o Dr. Filomeno Amaro Soares da Silva se terá apercebido de que um manuscrito “*Da liuraria. Da Salzeda*” estaria para ser leiloado e fez chegar essa informação ao Sr. Padre António José Ferreira Seixeira, à época pároco de Salzedas, que imediatamente empreendeu esforços para o adquirir. Para tal, solicitou um apoio financeiro à Câmara Municipal de Tarouca, que disponibilizou a verba de 9000 euros para a compra do referido códice, e ter-se-á deslocado ao Palácio do Correio Velho, no dia 7 de Maio de 2009, com o intuito de o arrematar. Do que se passou no leilão deu conta ao Presidente da Câmara o referido pároco, por ofício datado de 12 de Maio de 2009⁷⁴.

De acordo com esse documento, o leilão do manuscrito atingiu valores superiores aos esperados, tendo sido adquirido por um comprador anónimo, pela quantia de 14750 euros. Aí se relata ainda que, sensibilizado pelo interesse do pároco e dos paroquianos de Salzedas, o referido comprador

72- Neste âmbito, veja-se BARATA, Paulo – *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: BNP, 2003, p. 27 e seguintes e BARATA, Paulo – “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”. *Lusitania Sacra* 2.ª série, 24 (2011), pp. 125-152. Sobre o que aconteceu ao Mosteiro de Salzedas, em 1834, ver SILVA, Célia Taborda – “A extinção dos Mosteiros cistercienses no Douro”. In CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo 3. Alcobaca: Jorlis, 2013, pp. 219-235, em particular a partir da p. 224.

73 -O riquíssimo espólio composto pela colecção e pela biblioteca de António Capucho foi objecto de um invulgar leilão, dividido em seis partes, cada uma com várias sessões (distribuídas por vários dias) que decorreram ao longo de dois anos. O presente manuscrito foi arrematado na terceira sessão da primeira parte do leilão, que teve lugar entre os dias 5 e 7 de Maio de 2009, tendo a terceira sessão correspondido ao último destes dias. O espólio leiloado apenas nestes três dias – pela empresa *Palácio do Correio Velho, Leilões e Antiguidades, S.A.* – encontrava-se dividido em 764 lotes, constituídos, sobretudo, por azulejaria, faiança portuguesa, pintura, escultura (essencialmente de temática religiosa), ex-votos, várias colecções de camafeus, mobiliário e, também, por um acervo de livros e manuscritos raros, de entre os quais se destacavam um número significativo de *cartas de brasão de armas* portuguesas e espanholas, de regras, estatutos ou compromissos de irmandades ou confrarias, de livros de horas, de antifonários e de outros manuscritos iluminados. Sobre o colecionador António Capucho, leia-se o pequeno «ensaio biográfico» escrito por uma das suas filhas, Luísa D'Orey Arruda, na obra *António Capucho – Retrato do Homem Através da Colecção. Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*, de Luísa D'Orey Arruda et al., coordenação científica de Paulo Henriques, Porto: Livraria Civilização Editora, 2004, pp. 5-11.

74 - O ofício deu entrada nos serviços do Município de Tarouca em 14 de Maio de 2009, ficando registado sob o número 2840.

acabou por ceder o manuscrito à paróquia de Salzedas, por 9000 euros (a soma disponibilizada pela Câmara Municipal de Tarouca), prescindido do valor remanescente. O regresso do manuscrito a Salzedas deveu-se, assim, ao esforço comum do anterior pároco, da Câmara Municipal de Tarouca – que disponibilizou 9000 euros para a sua aquisição – e da pessoa que o arrematou em leilão e que dele prescindiu por um valor inferior ao da compra, tendo expressamente solicitado o anonimato. Trazido o manuscrito para Salzedas, foi apresentado aos paroquianos e, mais tarde, após o falecimento do referido pároco, foram esses mesmos paroquianos que alertaram o seu sucessor, o Padre Adriano Filipe Assis, para a existência do referido códice na residência paroquial, que o encontrou e o guardou cuidadosamente, encontrando-se o manuscrito em bom estado de conservação. A ele agradecemos a possibilidade que nos deu de o estudar e divulgar.

Notas finais

Cremos ter ficado claro como o conteúdo de um códice litúrgico pode contribuir para um melhor conhecimento da prática da liturgia e da vivência monástica em ambiente cisterciense, em particular no que respeita à relação vertical entre casas. Era nossa intenção partir da análise do conteúdo do *Ritual de Salzedas* para, através de uma perspectiva contextualizada e em confronto com outros códices produzidos no *scriptorium* de Alcobaça, perscrutar as relações que este Mosteiro estabeleceu com outros, nomeadamente com a vizinha comunidade de Cós. As informações recolhidas evidenciam a existência de ligações entre o Mosteiro de Alcobaça e o de Cós que completam as registadas nos diplomas conservados em arquivo, para além de revelarem uma geografia de utilização dos códices produzidos no *scriptorium* alcobacense.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da atribuição de uma bolsa de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/70067/2010) e de um contrato de Investigador ao abrigo da Norma Transitória (DL 57/2016/CP1453/CT0070). Agradecemos à Biblioteca Nacional de Portugal, nomeadamente à sua Directora e ao Serviço de Leitura dos Reservados, pelo apoio e pela disponibilização da colecção, bem como aos colegas e amigos João Luís Fontes e Mário Farelo, pela sua leitura atenta e pelas suas sempre preciosas sugestões.